

VII Encontro Nacional de Estudos do Consumo
III Encontro Luso-Brasileiro de Estudos do Consumo
I Encontro Latino-Americano de Estudos do Consumo

Mercados Contestados – As novas fronteiras da moral, da ética, da religião e da lei

24, 25 e 26 de setembro de 2014

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (Puc-Rio)

Bem-estar animal e bem-estar dos agricultores frente aos mercados agroalimentares mundializados¹

Irme Salete Bonamigo²

Arlene Renk³

Clovis Dorigon⁴

Resumo

Cada vez mais as exigências dos mercados mundializados demandam cuidados redobrados para habilitar produtor e produtos como aceitáveis, cumprindo as normas e regulamentos estabelecidos. Somadas às pressões sanitárias e ambientais, recentemente surge como nova exigência aos agricultores a necessidade de se adequar às “boas práticas” e aos protocolos de bem-estar animal. Por ser um tema recente no Brasil, praticamente não há estudos a respeito dos efeitos da nova demanda relacionada ao bem-estar animal sobre as condições de vida e trabalho dos produtores. Assim, observar do ponto de vista dos agricultores e suas famílias os rebatimentos do bem-estar animal na rotina de suas atividades, é algo que está a descoberto e que analisamos neste texto, que resulta de pesquisa em andamento “Bem-estar animal e qualidade de vida dos agricultores familiares do oeste de Santa Catarina”, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC), realizada em municípios da Secretária de Desenvolvimento Regional (SDR) de Chapecó. Identificou-se que as exigências dos consumidores de produtos agroalimentares são transformadas em normas e padrões de produção em mercados cada vez mais globalizados e chegam às propriedades rurais via agroindústrias. Para a sua definição são mobilizadas organizações internacionais como a FAO e a WSPA e, no plano nacional, governos federal e estadual e suas agências, associações de indústrias agroalimentares e de produtores.

Palavras-chave: Bem-estar animal. Agricultores familiares. Mercados agroalimentares.

¹ O presente trabalho foi realizado com o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina – FAPESC.

² Doutora em Psicologia Social, professora do Mestrado em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó). E-mail: bonamigo@unochapeco.edu.br.

³ Doutora em Antropologia Social, professora do Mestrado em Ciências Ambientais da Unochapecó. E-mail: arlene@unochapeco.edu.br.

⁴ Doutor em Engenharia da Produção, pesquisador da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri). E-mail: cdorigon@epagri.sc.gov.br.

1 - Introdução

O presente artigo é resultado da pesquisa em andamento “Bem-estar animal e qualidade de vida dos agricultores familiares do oeste de Santa Catarina”, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC), vinculada aos programas de mestrado em Ciências Ambientais e em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais da Unochapecó.

Para situar o movimento vinculado ao bem-estar animal e ao abate humanitário reporta-se aos modos de criação de animais que, no contexto de avicultura e suinocultura industrial, graças às modernas técnicas de melhoramento e de manejo, reduziu substancialmente o tempo de criação (OLINGER, 2006). Entretanto, a criação industrial de animais afeta tanto produtores como a sua relação com os animais. Estes impactos foram também observados em outros países, cujo exemplo francês foi bem estudado por Salmona ao longo de 30 anos, processo que autora denominou de *modernização violenta* (SALMONA, 1996; 1991; 1994a; 1994b; 2003a; 2003b; 2007; 2010).

O oeste catarinense, nas últimas décadas, passou a abrigar as maiores indústrias agroalimentares de carnes de suínos e aves da América Latina, as quais introduziram a integração vertical em relação aos produtores rurais. Neste tipo de integração, as indústrias agroalimentares, via sistema de contratos, fornecem as matrizes, a alimentação, a medicação, a assistência técnica e garante a compra dos animais, cabendo aos agricultores os investimentos nas instalações e equipamentos e a mão-de-obra demandada pela criação. Essa alteração teve várias implicações, tais como a perda da autonomia no processo produtivo dos agricultores, a concentração da produção e a conseqüente exclusão em massa de produtores e o agravamento de problemas ambientais. As mudanças introduzidas não podem ser avaliadas tão somente sob o prisma da produtividade, mas no conjunto de fatores da unidade de produção, a família rural e de suas relações, embates e conseqüências da acelerada mudança no mundo da produção rural.

No que diz respeito aos animais, anterior à modernização, estes agricultores os deixavam ao relento ou abrigavam seus suínos, no passado chamado porcos, nos chiqueirões que não primavam pela estética. O coletivo ainda não tinha ascendido ao *status* de rebanho. Eram alimentados com os produtos da lavoura, *in natura* ou cozidos. As galinhas e galos permaneciam soltos nos quintais e quando confinadas eram no galinheiro. As vacas leiteiras, que atendiam por nome próprio, eram ordenadas na estrebaria. Os novos procedimentos levaram a alterações da morfologia nos padrões arquitetônicos dos estabelecimentos que abrigam os animais, aves, o rebanho suíno e gado leiteiro. Estas alterações prescritivas de natureza zootécnica são emanadas pelas empresas, com vistas à conversão alimentar, a higienização e ao bem-estar animal. Numa analogia rasa pode-se considerar o profissional da agroindústria, da qual o agricultor é integrado, como vigilante imbuído da missão técnica civilizadora, com visitas periódicas junto à população supostamente atrasada, tal como se supõe seja o camponês. O policiamento passa pela incorporação do acervo semântico, indispensável que o integrado o incorpore e expresse no linguajar cotidiano sobrepondo o

verniz da modernidade sobre o arcaico: a estrabaria por *sala de ordenha*, o galinheiro pelo *aviário*, o chiqueiro por *pocilga*, *maternidade*... porco por *suíno*, galinha, galo por *frango*.

Assim, a agricultura familiar sob a integração vertical implica na perda da autonomia e aumenta a auto-exploração familiar (TEPITCH, 1975), afastando-se da autonomia e da soberania alimentar, dada ao vínculo e peso da orientação e suprimento alimentar e orientações advinda da empresa. Contribui para isso a lógica do Estado brasileiro e a competição dos entes federativos. Os três estados sulistas, segundo Embrapa Aves e Suínos e IBGE (2011), são os maiores produtores de aves e de suínos do país. Entre eles, disputam a posição hegemônica. Concorrem entre si pelo Atestado de Estado livre de febre aftosa, credencial positiva indispensável para exportação. Os grandes conglomerados fundem-se (Sadia e Perdigão) resulta na corporação BRF, sob arrendamento (Bondio e massa falida da Diplomata pela Aurora) e JBS adquire o controle acionário da Seara, mostrando a dinamicidade do mercado de *commodities*.

Desse modo, a modernização e introdução da integração vertical ocasiona transformação, que se sofisticada cada vez mais, passando aos cuidados da climatização no interior de aviários e pocilgas para evitar os rigores do inverno ou os calores do verão. Os alimentos são fornecidos pela empresa. O tempo de criação é reduzido substancialmente, e na proporção inversa ocorre à conversão alimentar. O eventual afeto destinado aos animais, individualizando-os com apelido, noutros tempos, dissipa-se pelo anonimato que é compensado pela introdução de normas como contrapeso da produção. Ou seja, a moeda de compensação pela continuar a trabalhar requer a estrita observância aos protocolos de bem-estar animal, não assegurados no cotidiano, aos produtores.

A maior parte da produção de aves e suínos no Brasil é oriunda das pequenas propriedades e com políticas emanadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), responsável pela agricultura familiar. No entanto, volume substancial do produto resultante dessas propriedades é destinado ao mercado externo, sob o gerenciamento do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)⁵. É esse Ministério quem legislará e fiscalizará as ações do bem-estar animal no país.

Braun (2001, p. 2) define bem-estar animal “desde as instalações na criação, passando pela alimentação, considerando os aspectos sanitários e genéticos, e finalmente o transporte e o abate em estabelecimentos adequados, garantindo um produto final da melhor qualidade”. Brom e Molento (2004, p. 2) ressaltam a importância que a definição de bem-estar animal permita “pronta relação com outros conceitos, tais como: necessidades, liberdades, felicidade, adaptação, controle, capacidade de previsão, sentimentos, sofrimento, dor, ansiedade, medo, tédio, estresse e saúde”. Improta (2007, p. 21) levanta a dificuldade de se definir bem-estar animal devido às várias correntes filosóficas existentes que discutem este tema. No entanto, apesar da multiplicidade existente, identifica nas várias definições “uma constante preocupação com a saúde física e

⁵ Cujas missão consiste em “Promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira”.

mental dos animais, bem como a situação em relação ao ambiente onde vivem, a adaptabilidade às condições ambientais e os estados emocionais que possam apresentar”.

Já Salmona (2003) analisa o bem-estar animal associando-o ao bem-estar humano e a sustentabilidade, ao discutir os efeitos da modernização da produção de leite na França, caracterizada pela autora de adoção de “métodos brutais de criação”, como a produção confinada e de grande escala. A autora analisa o manejo dos animais também a partir da questão de gênero e observa que as mulheres adotam “métodos suaves de criação no manejo dos animais”. (SALMONA, 2003a, p. 126). Assim, diferentemente dos homens, elas não gritam, não fazem movimentos bruscos, não batem e evitam comportamentos que possam inquietá-los.

Há também toda uma padronização de cuidados voltados especialmente para o abate dos animais, denominados de “abate humanitário”, cuja noção é definida pela Instrução Normativa Nº 032, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2000, p. 1), como:

conjunto de diretrizes técnicas e científicas que garantam o bem-estar dos animais desde a recepção até a operação de sangria, 2.2. Animais de açougue: são os mamíferos (bovídeos, equídeos, suínos, ovinos, caprinos e coelhos) e aves domésticas, bem como os animais silvestres criados em cativeiro, sacrificados em estabelecimentos sob inspeção veterinária.

Tendo em vista o cenário apresentado e os mercados agroalimentares mundializados, os objetivos deste texto, com base na pesquisa mencionada, são: (1) descrever os modos como as exigências dos consumidores de produtos agroalimentares são transformadas em normas e padrões de produção em mercados cada vez mais globalizados e chegam às propriedades rurais; (2) analisar os rebatimentos do bem-estar animal na rotina das atividades e no bem-estar de agricultores do oeste catarinenses, a partir de seus pontos de vista.

2 - Metodologia

O problema formulado insere-se na dinâmica de pesquisa eminentemente qualitativa, sem estabelecer a velha dicotomia diltheyana entre a explicação e a compreensão, seja, como assegura Bourdieu (1997) sem estabelecer a falsa antinomia entre o qualitativo e o quantitativo.

O desenvolvimento da pesquisa teve como recorte geográfico definido pelo IBGE a Mesorregião Oeste Catarinense e nesta selecionada a Secretaria do Desenvolvimento Regional (SDR) de Chapecó. Imprimiu-se ao trabalho um caráter processual. Inicialmente foi feito o levantamento e organização dos documentos disponibilizados pelos diferentes órgãos a respeito de bem-estar animal: empresas, órgãos governamentais, do terceiro setor e do campo acadêmico. Inserem-se aqui materiais de divulgação, artigos publicados, publicizados em eventos, observando circuitos, fontes de financiamento, público destinatário, enfim, como se organiza o campo do bem-estar animal. Concomitante foi realizada a compilação e interpretação das diferentes legislações acerca do bem-estar animal, observando contexto do surgimento, repercussão e aplicabilidade, cruzando os materiais com os documentos disponibilizados ao público.

Foram realizadas também visitas em propriedades de avicultores integrados a agroindústrias locais para a realização de observação e entrevista relacionadas à como foram introduzidos os preceitos do bem-estar animal nas propriedades, as relações com os técnicos das agroindústrias e dos órgãos estatais e as implicações decorrentes no cotidiano de seu trabalho. Até o momento, foram analisadas as informações do total de oito famílias de agricultores familiares produtores de aves (denominados pelas letras A, B, C, D, E, F, G e H), com tempo diferenciado de envolvimento com a atividade: há 28 anos (E); 23 anos (B); 22 anos (H); 10 anos (F); 18 anos (A); 13 anos (G); 12 anos (D) e sete anos e meio (C).

Com relação ao processo de integração, duas famílias mantêm e sempre mantiveram contratos de integração com a Sadia (atual BRF), duas sempre foram integradas da Autora, uma era da Diplomata e hoje é da Aurora, uma manteve integração com a Chapecó e quando esta faliu passou para a Diplomata⁶, uma já estabeleceu parceria com Sadia e Seara Alimentos e a outra iniciou com a Aurora, aumentou o tamanho do aviário e passou a produzir perus com a Sadia, parou por um tempo e atualmente produz frango para a Friaves.

Com relação às atividades diárias de criação: a família A envolve todos os membros e mais quatro funcionários. Nas famílias B, C e G o envolvimento é do casal. Na família D, três membros da família trabalham e às vezes um diarista. Na família E, quatro pessoas trabalham mais diretamente e uma quando necessário. Na família F o envolvimento é do casal e quando necessário um dos filhos ajuda e, na família H é o casal e mais um filho.

Além da criação de aves, todas as oito famílias possuem atividade produtiva de leite, duas famílias também produzem suínos. Em uma família, além da criação de aves e produção de leite, o marido possui uma empresa de apanha de aves, que presta serviços a uma agroindústria.

3 - Padrões culturais de comestibilidade e novas imposições de mercado

As culturas estabelecem padrões que são seguidos pelos integrantes da comunidade. A alimentação é um dos padrões mais significativos da cultura, embora a mundialização tenda à generalização. A alimentação, enquanto constructo cultural (sem dúvida também nutricional), estabelece padrões do que pode e do que não pode servir de alimento. Quando da prescrição positiva, estabelece regras. Quando negativas, os interditos alimentares tornam-se fronteiras entre grupos. De um lado também religiões, como judaísmo e comida *kasher* e o sistema *halal* para os islâmicos o tipo de alimento e seu preparo estabelecem as fronteiras entre a sagrada consumação e a alimentação profana.

Sahlins, em *Cultura na Prática* (2004), dedica um capítulo à *La Pensée Bourgeoise* – ao tomar a sociedade ocidental como cultura, na qual se situaria o capitalismo que “apesar de sua organização ostensiva por e para a vantagem pragmática, pode escapar dessa constituição cultural de uma práxis aparentemente objetiva”

⁶ Na época da entrevista a Diplomata ainda não tinha falido.

(p.182). Adiante assinala “A produção, portanto, é algo além e distinto de uma lógica prática da eficiência material. É uma intenção cultural” (p.183).

Voltando ao valor de uso, estabelece que não é menos simbólico e tampouco menos arbitrário do que o valor-mercadoria. “A utilidade não é uma qualidade do objeto, mas uma significância das qualidades objetivas. A razão pela qual os americanos consideram os cães não comestíveis e o gado “alimento” não é mais perceptível para os sentidos do que o preço da carne” (p.183). Adiante assevera que não é apenas o consumo:

a relação produtiva da sociedade americana com seu próprio meio ambiente e com o meio ambiente mundial é organizada por avaliações específicas de comestibilidade e incomestibilidade, elas próprias qualitativas, e que não se justificam pela vantagem biológica, ecológica ou econômica.(...) “A comestibilidade está inversamente relacionada à humanidade. O mesmo se aplica às preferências e às designações comuns das partes comestíveis do animal” (SAHLINS, 2004, p.184/185).

A lógica dos escritos de Geertz e Sahlins pode ser transposta para o contexto particular em estudo. Em nosso caso, há concordância a respeito da comestibilidade das carnes, no entanto ganha força um modo de prepará-lo. Ou seja, como o abate humanitário ganha adesão e consegue impor-se no mercado oligopsônico de compradores.

E no que diz respeito ao consumo, centramo-nos aqui em dois aspectos. O primeiro é aquele formulado e trabalhado por Portilho (2004) quando assegura que há seletividade por parte do consumidor, nominando esse movimento de “consciência do consumidor”, similar àquele das feiras de produtos agroecológicos, no Rio de Janeiro. O consumidor valoriza sua posição e vale-se de procedimentos que adquirem o *status* de distinção. Como exemplo, pode ser citado o caso do *fois gras*, patê de fígado de ganso com alimentação forçada, o que rebate em segmento de consumidores como repulsa e repúdio ao sofrimento animal.

Outro referencial do consumo é Mary Douglas (2004) ao estudá-lo como parte do mundo dos bens. Ao redefinir o consumo assegura que, ao contrário da teoria econômica clássica, quem define e redefine os bens de consumo são os consumidores. O consumo não é imposto. É escolha. Este aspecto encontra eco nas formulações de Portilho, mencionado acima. Num e noutro casos temos consumidor com informações e com posição ética a respeito do que deva consumir, tornando-se força de controle acerca do consumo.

Na esfera da alimentação temos rituais, alguns dos quais específicos de cunho religioso, como a comida *halal* entre os muçulmanos e a comida *kosher* entre judeus, que podem se aliar ou contrapor ao abate humanitário. Outros grupos como o movimentos *Slow Food* ou Veganos buscam impor seus padrões de alimentação e, à medida que ocupam posições de destaque no mercado externo, ditam as normas, princípios e valores.

Em nosso caso, o do abate humanitário, não se trata de consumidores veganos (corruptela de vegetarianos e que seguem preceitos éticos ao boicotar não apenas a carne, mas qualquer produto de origem animal)⁷, mas de consumidores que marcam posição em exigir “carne feliz”, isto é, aquela que segue os preceitos do abate humanitário.

O abate humanitário, no caso brasileiro, é recente, surge em 2009. Origina-se de um movimento de consumidores com capacidade de impor suas exigências ao mercado. Os frigoríficos locais, por produzirem a décadas para países árabes, já estão familiarizados com um tipo de abate de aves, aquele nominado *halal*, que segue os preceitos islâmicos.

Entretanto, o abate humanitário não consiste unicamente no ato de insensibilização no espaço interno do frigorífico. Ele compreende o movimento de apanha de aves e suínos, no transporte até o abate, literalmente dito. A introdução da prática, respeitando padrões culturais de consumo, implica em redimensionamento de atividades nos aviários e pocilgas. De outro lado, demanda por parte do serviço de inspeção animal e da Companhia Integrada de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (CIDASC), responsável pelo Serviço de Inspeção Estadual (SIE), exige a qualificação de pessoal que possa atender as exigência e praticar o abate, oferecendo a carne produzida sob padrões demandados pelos consumidores.

Governo e empresários ao aderirem às boas práticas do abate humanitário têm em mente o Mercado Europeu, o que requer qualidade da carne e garantia sanitária. Esse mercado leva em conta o abate e condições de abate, evitando PSE [carne pálida e mole] e DFD [carne, escura, dura e seca], ocasionadas por abate inadequado.

4 - O processo de produção de normas e padrões referentes ao bem-estar animal e ao abate humanitário

Certas ações criam corpo e tornam-se evidentes à medida que constroem sua visibilidade que agem reiteradas vezes, por diversos meios, na tentativa de obter eficácia. Um desses mecanismos é a ação de procedimentos legais. Ao repertoriar os procedimentos que instituíram o bem-estar animal e o abate humanitário, historicamente, somos remetidos ao Decreto N. 24.645, de 10 de julho de 1934. Trata-se de documento precursor das medidas de proteção aos animais no Brasil. Nos anos mais recentes, encontramos a Normativa n. 3, de 17 de janeiro de 2000, do Ministério de Agricultura e Abastecimento (MAPA), que padroniza os métodos de insensibilização de animais de açougue e aves domésticas. É acompanhado de Regulamento Técnico de Insensibilização de Abate de Animais em Açougues. Há também o Termo de cooperação técnica entre MAPA e Proteção Animal Mundial (WPA)⁸ para capacitar médicos veterinários que atuem no SIF, nas ações ligadas ao Bem Estar Animal e ao Abate Humanitário, para compatibilizar a

⁷ Disponível em <http://www.guiavegano.com.br/vegan/>. Acesso em: agosto 2011.

⁸ Antiga WSPA (Sociedade Mundial de Proteção Animal). Em Julho de 2014 passa ser denominada de WPA.

legislação brasileira às normas da OIE [Organização Mundial para Saúde Animal], no pré-abate e no abate e do documento Boas Práticas de Manejo. Em decorrência da Normativa anterior, a União Brasileira de Avicultura (UBA), cuja atuação está voltada à busca de sanidade, qualidade e legislação que assegurem o pleno e contínuo desenvolvimento do setor, formulou os Protocolos de Bem-Estar para Frangos e Perus, de junho de 2008, tomando como base documentos similares de outros países, a exemplo do Comitê Interamericano de Sanidade Avícola da OIE (CISA). Analisamos a Instrução Normativa nº 3 de 17 de janeiro de 2000, da DSA/MAPA, que trata do Regulamento Técnico de Métodos de Insensibilização para o Abate Humanitário, atendendo as exigências da Diretiva 2007/43/CE do Conselho da União Européia.

Outro documento consultado foi a Norma Técnica de Produção Integrada de Frango, de 2005, elaborada pela União Brasileira de Avicultura (UBA) e da Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frango (ABEF), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), empresas privadas, associações estaduais de avicultura, universidades, Embrapa e a WPA. E, finalmente, a Instrução Normativa 56, de 06 de novembro de 2008, que estabelece procedimentos para registro, fiscalização e controle de estabelecimentos avícolas de reprodução e comerciais.

No campo econômico inserem-se as ações de “boas práticas” e os protocolos de bem estar animal. No que diz respeito às boas práticas, a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), ONGs e o MAPA elaboram cartilhas e organizam cursos de capacitação aos produtores. Tome-se como exemplo a “Cartilha de Boas Práticas Agrícolas para Agricultura Familiar” emanada da FAO, voltada aos agricultores familiares, na qual, além de outros conteúdos educativos, há páginas destinadas ao bem estar animal, de higiene com pretensão de ter um caráter “civilizatório”, a exemplo das atividades da Extensão Rural, levando aos agricultores os modelos de como agir nas atividades do mundo rural. Em fevereiro de 2010, a FAO publicou no Brasil o Manual de Capacitação para Implementação de Boas Práticas de Bem-Estar Animal⁹. Neste caso, o foco centra-se na agricultura familiar.

Em novembro de 2008, entrou em vigor a Instrução Normativa estabelecendo procedimentos gerais de Recomendação de Boas Práticas de Bem-Estar para animais de Produção e de Interesse Econômico (REBEM), que enfoca a produção e o transporte, para todo o setor produtivo do país, e evitar restrições e sanções dos mercados mais exigentes. Resultou dessa Ação Normativa a confecção de Cartilhas e desenvolvimento de pesquisas, com destinação de verbas ao CNPq para realizar pesquisas nessa esfera.

O governo brasileiro comprometeu-se em implantar as Boas Práticas no Abate Humanitário nos frigoríficos registrados no Departamento de Inspeção dos Produtos de Origem Animal (DIPOA), por meio de inspetores

⁹ Dentre as diversas Boas Práticas, elencamos: Inventário da FAO de Boas Práticas em Programas de Comunicação/Educação Alimentar e Nutrição nas Américas e Caribe (CEAN); Manual de Boas Práticas para a Agricultura Familiar; Inventário de Boas Práticas em Comunicação/Educação Alimentar e Nutricional, na América Latina e Caribe; Guia de Boas Práticas Agrícolas na Produção do Leite.

veterinários treinados do Serviço de Inspeção Federal. Comprometeu-se, igualmente, com a implementação das Boas Práticas de Bem-Estar Animal e Abate humanitário¹⁰.

Um mapeamento preliminar apontam dois atores em posições de relevância no item grupos e organizações. De um lado, encontramos a posição estatal, representada pelo MAPA que é o porta-voz oficial diante da questão abordada; de outro lado encontramos a atuação do terceiro setor, a WPA, reconhecida como órgão consultivo pela ONU, pelo Conselho Europeu e com a Organização Mundial de Saúde Animal (OIE). Um continuum entre um e outro apontará a existência de relações multiplex. Nestas, inserem-se a União Brasileira de Avicultura (UBA) e a Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frangos (ABEF) que atuaram separadamente e em 28 de abril de 2010, aprovaram a união das duas entidades transformando-as na União Brasileira de Avicultura – UBABEF, criando a maior entidade da avicultura brasileira. Encontramos os órgãos estaduais de sanidade animais, no caso catarinense a CIDASC, instituições de pesquisa, sejam universidades ou instituições destinadas a este fim, a exemplo da Embrapa. O que se observa é um discurso uníssono favorável ao abate humanitário e ao bem-estar animal.

5 - As estratégias de legitimidade buscadas pelo MAPA e WPA para a introdução do abate humanitário nos frigoríficos locais.

Em fevereiro de 2009, quando da implantação do programa piloto do abate humanitário no Brasil, foi escolhido o oeste catarinense, e no caso o Frigorífico Aurora, em Chapecó, para posterior repasse aos demais frigoríficos. A circulação foi em jornal veiculado nacionalmente. A legitimidade das instituições envolvidas transparece veiculada nos seus sítios, com caráter pedagógico, expõem as atividades, apontando que os benefícios não são somente ao bem estar animal, mas são econômicos à medida que representam redução de perdas, principalmente de estresse nas carnes com PSE (Pálida, Macia e Exsudativa) ou variações. O bem-estar e o abate humanitário diminuiriam perdas e forneceriam um produto de qualidade. Essa é a lógica.

Na justificativa de suas ações apresentam eventos de âmbito nacional que legitimam suas ações e criam um mercado de eventos, a exemplo da AVESUI e produzem seus manuais, a exemplo do estudado por Norbert Elias como processo civilizador. No entanto, cabe a ressalva de que tais manuais nada abordam a respeito da outra ponta do balcão, aquele que executa as atividades do bem-estar animal. Elas estão desconsideradas.

A legitimidade no campo científico é dada pelo número de trabalhos acadêmicos submetidos a congressos, a dissertações e teses que são produzidas acerca dessa problemática.

¹⁰ No Brasil, em 2003, foram estabelecidos os critérios das Cinco Liberdades (*Farm Animal Welfare Council*) aos animais de produção, assegurando-lhes direito à vida: Livres de fome e sede; livres de desconforto; Livres de dor, ferimentos e doenças; livres de medo e estresse. E livres para expressar seu comportamento natural.

6 - Bem-estar animal e bem-estar humano: pontos de vista de agricultores do oeste catarinense

As normas e recomendações relacionadas ao bem-estar animal chegam até os produtores de aves, por meio de: (a) orientação dos técnicos das agroindústrias; (b) por meio da orientação de funcionários da Cidasc; (c) realização de palestras de profissionais da Fundação do Meio Ambiente (FATMA); (d) realização de palestras e reuniões por parte das agroindústrias; (e) treinamento feito em grupos, na comunidade; (f) cartilhas como “As cinco liberdades”; (g) documentos, textos e cartazes com orientações escritas. Um produtor mencionou também (h) planilhas fornecidas para anotações dos procedimentos adequados.

As orientações dizem respeito à forma como as aves devem ser tratadas.

[...] eles não podem passar calor, não podem passar frio, não podem se estressar, porque isso gera uma serie de fatores pra eles. E eles se estressam que nem nós, que às vezes se estressa e se irrita [...] que tem que ter uma boa alimentação, cama boa, temperatura adequada, água que não seja quente ou ruim, porque ninguém vai tomar água ruim, os frangos também não. (Família C).

Segundo a família D, as orientações direcionam para “um fornecimento de uma comida de qualidade, num ambiente sadio, que não seja sujo, água de qualidade, e, além disso, a temperatura normal que a ave exige [...] tem que ter 30°, 32°”. Esclarece que

Os treinamentos são em cima da sanidade animal, principalmente, e depois a sanidade do bem-estar animal, pra tu ter um bem-estar animal consequentemente você vai ter uma sanidade do teu galpão e do teu redor. Porque se tu tem uma bem-estar animal ele não vai adquirir doença, não vai trazer a doença na cama, e consequentemente você vai ter um próximo lote também dentro do... sem doença vamos supor. Ai, assim, o acesso, o mínimo possível a não ser nós ali dentro do aviário, antes de entrar no aviário você tem que ter roupas também não contaminadas. Quando eu e a mulher nós vamos na estrebaria, ela vai na sala de ordenha, pra depois ir no aviário, na verdade tem que trocar de roupa pra ir lá, tem que ter pé de lúvio pra pisar dentro e desinfetar o calçado. São os cuidados que a gente tem que ter pra não ter contaminação, doenças [...] O controle de roedores também, eles exigem que tenha os canos ao lado do barracão assim, que tenha veneno de rato lá. (Família D).

No caso da avicultura industrial, um dos indicadores relacionados ao bem-estar animal citado constantemente nas entrevistas é o “calo de pata”, como ressalta a família E: “tem que cuidar a cama [do aviário] também, porque se tiver muito molhada também prejudica, dá calo nos pés por causa da cama se ela tiver seca e muito dura.” Caso os frangos apresente calosidades nas patas significa que a cama de maravalha não é revolvida com a frequência suficiente ou então apresenta umidade. É um indicativo, portanto, de “mau manejo”, ou seja, que o avicultor não toma os cuidados necessários. Se houver um número expressivo de aves com “calo de pata” a empresa desconta um valor do pagamento do lote.

C afirma que houve mudanças em relação ao bem-estar animal no que se refere às condições dos aviários: “Hoje mudou bastante, né. [...] ah, precisava mudar também. Antes o pessoal de aviário não tinha nem ventilador. Não molhava os frangos. Ia assim mesmo. Hoje mudou tudo. Tem comedor automático, água pra molhar, ventilador.” Refere que houve mudanças também em relação ao bem-estar animal dos suínos: “Ah,

sim. Eles sofrem bem menos. As baias também mudaram. Antes colocavam cerca de 10 a 12 porcos e ficava muito apertado. Hoje é em torno de nove.” A família F também relata que o manejo com os porcos modificou: “Sim, não pode ter nada. Nem o choque. Antes os motoristas davam choque para os porcos subirem [no caminhão, para o transporte], mas hoje não dá mais. Hoje a gente coloca pedrinhas em garrafas para fazer barulho e chamar a atenção dos porcos, porque não pode bater mais neles.”

Há diferenças de entendimento, por parte dos entrevistados, com relação ao tempo em que as normas e recomendações relacionadas ao bem-estar animal passaram a fazer parte das orientações das empresas aos produtores. A Família C relata que há sete anos ouviu falar sobre os cuidados com os animais. Para a família E, a preocupação e as exigências das empresas aumentaram de cinco anos para cá. Para a Família D, isso acontece há quatro anos. A Família A menciona três anos e a Família B, um ano. A família F afirma que desde que iniciou o aviário, há 10 anos, esses cuidados são assim. A família H disse que a implantação foi devagar e que as cobranças acabam gerando tensão na relação com o agricultor:

Eles foram implantando devagar, para eles [animais] não sentirem sede e angústia. Os técnicos vieram implantando e exigindo, inclusive. Se não tem. Eles exigem a parte técnica. Mas se não está bem na parte deles, tudo bem. Mas se não está bem na nossa parte, eles cobram. Vai de um técnico para outro. Por isso que tem gente que acaba travando uma batalha, uma briga, porque eles [técnicos] dizem que eles sabem o que eles querem.

Outro aspecto levantado pela pesquisa foi à necessidade de investimentos em novos equipamentos demandados pelos cuidados com o bem-estar animal. A família G investiu em aquecimento, ventilação, nebulização, cortinas novas e envelopes, no entanto, apesar da automatização resultante dos novos equipamentos ainda demanda a presença do agricultor:

Hoje na verdade o aquecimento é automático, pois quando o aviário chega à temperatura que é exigida, ele para automaticamente. Mas, você tem que estar presente, pra jogar lenha, porque se não tiver fogo ele [aquecedor] vai jogar ar frio, daí é pior ainda, além de não aquecer ele vai esfriar o ambiente. Então foi investido ali para inverno. E para verão foi investido em ventilação.

Há agricultores que se ressentem dos constantes investimentos que têm que fazer no aviário, pois os rendimentos não são suficientes para pagar os empréstimos bancários e as despesas:

Se vocês fossem perguntar se hoje vocês tivessem o dinheiro na mão vocês iriam fazer aviário? Aqui em casa todo mundo ia dizer que não. Mas isso se faz porque todo esse investimento é financiado. Então você vai lá no banco e vai trabalhando e pagando ele, só que você nunca termina de pagar esse financiamento porque sempre tem exigências. Pra nós, sempre está faltando muita coisa pra ficar dentro do padrão, falta cercar ainda, todo o gasto que a gente tá devendo lá no banco, e não consegue sobrar pra fazer. Aquele que é para ser os 25% a mais que a gente iria ganhar cercando, que a gente deveria ganhar mais, então até que não termina de pagar lá no banco você não tem como ficar ali. O lote deu quatro mil reais e a prestação deu seis mil e quinhentos reais. E então a gente não está crescendo, muitas vezes a gente tá diminuindo, não é fácil você se equilibrar também. A maravalha você compra por m³, o adubo vendido por tonelada deu média de 17 reais por metro, então o adubo pronto tá 17 e a maravalha tá trinta e poucos reais. Fora que tem que pagar a luz, água e lenha. (Família B).

Os produtores entrevistados interpretam as normas e recomendações relacionadas com o bem-estar animal como: (a) uma exigência do mercado, (b) um modo de proteção dos animais, (b) uma forma de garantir melhor qualidade à carne, (c) um modo de gerar maior lucro para as empresas.

Os agricultores que associam a finalidade das normas e procedimentos relacionados do bem-estar animal ao lucro das empresas entendem que este lucro está vinculado a qualidade do produto e a garantia das exigências do mercado, sem a preocupação com os trabalhadores: “Lucro pra eles, mais pra eles do que pra nós, porque isso gera um estresse muito grande pelo que a gente percebe na família como um todo, é muito estresse pra nós. Então pra eles a preocupação é o bem-estar animal, mas e o ser humano como que está a preocupação?” (Família B).

Há diferentes entendimentos quanto à relação entre o bem-estar animal e o bem-estar humano. A Família D compreende que o bem-estar animal gera bem-estar humano, pois proporciona um ambiente mais confortável também ao ser humano como, por exemplo, a ausência de amônia e outros gases no aviário. Além disso, entende que o cumprimento das exigências relacionadas ao bem-estar animal gera maior rendimento ao produtor, e conseqüentemente maior bem-estar. Já a Família E afirma que o bem-estar animal é conseguido a custo do mal-estar dos produtores, pelos cuidados que exigem. A Família A compreende que as empresas preocupam-se com o bem-estar animal, mas não se preocupam com o bem-estar das pessoas que trabalham com os animais e a baixa remuneração desvaloriza o seu trabalho e as deixa descontentes.

A família F compara o bem-estar dos animais que produzem com o bem-estar da sua família:

Você vai lá no aviário tem tudo lá dentro, tem um fogo que não pode baixar, tem o vento não pode subir a temperatura, tem o chuveirinho não pode ficar no quente. Vai dentro da minha casa, tem um ventiladorzinho de 1970, está ali para seis pessoas, não tem ar [climatizado], não tem... então eu digo que tem mais-bem estar eles do que nós. (Família F).

A família G destaca o excesso de trabalho gerado pelos cuidados relacionados pelo bem-estar animal e pela necessidade de ficar a disposição da atividade praticamente em tempo integral: “A casa dos agricultores estão abandonadas, mas estão todos atrás de vacas e aves. Se você passar às 10h nas casas procurando pelas mulheres, você não encontrará uma em casa. Estão todas no aviário ou estrebaria. Tem que limpar o aviário. É capaz de estar mais limpo que a nossa casa”. Essa demanda de cuidados faz com que a agricultora da família F associe aviário com prisão: “Hoje a gente fica muito preso. Ter aviário é como uma prisão. É uma cadeia, 24 horas na cadeia”. A agricultora da família G também relata que, com a automatização dos comedouros, eles precisam ficar 24 horas de olho no aviário, o que a faz associar com a imagem de cadeia: “Nos comedouros automáticos eles comem e depois você tem que ir lá encher os pratinhos novamente. Nossa! Quem resolve colocar um aviário acaba colocando uma cadeia, essa é a verdade”.

B detalhou como os cuidados com bem-estar animal impactam sobre o aumento de trabalho: “agora o cuidado tem que ser maior. Tem que levantar de madrugada pra manter o fogo. E depois é muita mudança de clima também, um pouco é calor um pouco é frio, daí fica mais difícil”. C afirma dormir no aviário, no

inverno “tem que ir umas duas vezes verificar o aviário. Daí não compensa dormir em casa. Faz calor lá dentro, mas quando sai tá frio. Aí não dá. Tenho um colchão lá”.

Assim, as reclamações mais enfatizadas pelos avicultores estão relacionadas ao excesso de trabalho no aviário e a necessidade de ficar a disposição da atividade praticamente em tempo integral, o que dificulta as reuniões de famílias, impede atividades de lazer nos fins de semana e a participação em atividades sociais. O afastamento da vida comunitária é associado por eles ao sofrimento emocional.

Não se tem sábado, não se tem domingo não se tem horário pra nada se fosse analisar. Ainda nós aqui podemos sair porque as gurias que ficam aqui cuidam [duas cunhadas solteiras], agora se não houvesse elas... E em quantas famílias que não tem mais como ir a um lazer, que não podem participar de nada, é muito difícil. Então, fica muito preso a um trabalho assim também. E é uma atividade que exige que você esteja ali, porque vai que você saia e tenha alguma queda de energia ou fica sem água, vai que de um vazamento de água. Essa é a exigência, que você esteja ali. (Família B).

Alguns agricultores relacionam as atividades no aviário a problemas de saúde, como: (a) problemas no pulmão: “o médico disse para eu não entrar no aviário, pois o pó e a ração me fazem mal. (Família F); (b) depressão associada à pressão das agroindústrias e as dívidas resultantes dos investimentos: “Na verdade o integrado hoje sofre uma pressão da empresa todo o dia, por que eles estão aí cobrando e cobrando [...] Existe a cobrança deles, mas não tem retorno e a nossa preocupação hoje é o financeiro e a maioria dos casos é o financeiro tem muita influencia na vida nossa”. (Família B).

7 - Noções de bem-estar animal: movimentos de resistência e criação?

Mesmo que o mercado mundializado imponha regras de consumo, este não pode ser padronizado. Em suas franjas brotam movimentos de resistência como o Slow Food¹¹ que, grosso modo, é a antítese da lógica da produção integrada abordada acima. Em documento de 2013, chamado de Documento de posição oficial, tece crítica à produção animal industrial e à insustentabilidade que representa, bem como a exclusão crescente de segmento de pequenos agricultores que não conseguem manter-se no mercado, face às exigências do mercado. O que propõe, dentre outras medidas, é a rotulagem dos produtos para a escolha do consumidor, incorporando a história e identidade do produto e produtor, possibilitando a continuidade desses na atividade¹². O Slow Food reconhece o bem-estar animal numa perspectiva de ganho para o consumidor, à medida que se conhece a origem do produto, que o produtor esteja respeitado às convenções

¹¹ O Slow Food foi fundado na cidade de Bra (norte da Itália) em 1986, rapidamente sua rede internacionalizou-se. Reúne consumidores, produtores, cientistas e profissionais relacionados à gastronomia. Defende outra forma de produzir e consumir buscando a redescoberta dos sabores e aromas da cozinha regional e em oposição aos alimentos produzidos em grande escala. O *Slow Food* associa assim a gastronomia, política, agricultura e meio ambiente, tornando-se um importante ator internacional nas discussões relacionadas à agricultura e à ecologia.

¹². “O bem estar animal é uma condição fundamental para estas comunidades, pois a segurança alimentar está ligada à saúde e à produtividade dos animais que, por sua vez, dependem dos cuidados que recebem. Se por um lado, a curto prazo, os investimentos estruturais para melhorar a produção podem ser muito caros, os custos são compensados graças ao melhoramento da qualidade do produto e à maior produção. (SLOW FOOD, 2013, p. 3).

assumidas e, supostamente, o respeito ao produtor. Esse é o ponto que afasta em relação ao caso brasileiro. A legislação e os efeitos performáticos do bem-estar animal o são no sentido da produtividade, da competitividade, padronizando o produto e obnubilando o produtor, aliás, sem qualquer indicação.

Com relação ao MAPA, em termos conceituais, este reitera os preceitos de estudiosos acerca do bem-estar animal, em documento de divulgação ao público em geral, apresenta-o da seguinte forma:

O bem-estar animal pode ser definido pelo estado de harmonia do animal em relação ao ambiente em que vive. Os princípios de bem-estar de animais de produção permeiam a boa nutrição, a boa saúde, manejo e instalações e expressão de comportamentos característicos da espécie, que são diretamente relacionados com características que interessam ao setor de produção animal, destacando-se: Crescimento\Ganho de peso; Desempenho\ Reprodutivo; Qualidade da carne e da carcaça; resistência às doenças; Segurança dos trabalhadores e dos demais animais; Imagem dos produtos. (MAPA, s/d, p.2, grifo nosso).

No entanto, embora subsumido com os animais, há demonstração de preocupação para com os trabalhadores. Esse é o único registro na página do Ministério, em contraposição, entrando na seara da arena ideológica e científica, vale o cotejo com o documento nominado.

Analisa-se que o Slow Food inicia um importante movimento ao ampliar a noção de bem-estar animal abarcando ao mesmo tempo as preocupações com a qualidade alimentar, a saúde do consumidor, a sustentabilidade e a defesa dos pequenos produtores, abrindo brechas para que se possa avançar também na conquista do bem-estar dos agricultores familiares, de modo que sejam levadas em consideração as preocupações, angústias e demandas levantadas pelos participantes desta pesquisa. É importante considerar que, conforme ressaltou uma entrevistada, as agroindústrias só conseguirão se manter competitivas nos mercados internacionais, cumprindo as exigências relacionadas ao bem-estar animal, se mantiverem viva uma de suas fontes de competitividade: a agricultura familiar.

8 - Considerações Finais

Ao repertoriar os procedimentos que instituíram o bem-estar animal e o abate humanitário, foram identificados decretos, instruções normativas, manuais, cartilhas, ações de inspeção, orientações, dentre outros. Nesse processo de instituição, destacaram-se dois atores em posições de relevância: de um lado, o MAPA como o porta-voz oficial da questão, no Brasil, e de outro o WPA que representa a atuação do terceiro setor, órgão consultivo da ONU, detentor do reconhecimento do Conselho Europeu e da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE). Entre esses dois atores, situam-se outros, como a União Brasileira de Avicultura – UBABEF, os órgãos estaduais de sanidade animais, como a CIDASC, instituições de pesquisa (universidades ou instituições destinadas a este fim como a Embrapa). Todas compõem um discurso homogêneo favorável ao bem-estar animal e ao abate humanitário,

Assim, as demandas crescentes formuladas pelos mercados agroalimentares mundializados por produtos de animais criados com bem-estar, que exigem medidas que aliviem o sofrimento dos animais no seu ciclo de vida, passam a permear as diversas esferas da vida rural e rebatem no cotidiano de trabalho das famílias de

agricultores familiares do oeste catarinense. Novas tecnologias são inseridas nos sistemas de produção e novas medidas sanitárias são implantadas. A realização desta pesquisa permitiu perceber que as exigências dos consumidores de produtos agroalimentares, no que diz respeito ao bem-estar animal e abate humanitário, chegam até as propriedades rurais via agroindústrias e/ou agências estatais, por meio da realização de palestras, reuniões, treinamentos, cartilhas, documentos, textos, cartazes, orientações e monitoramento de técnicos.

Essas normas e padrões de produção, impostas aos produtores, são percebidas de diferentes maneiras por eles. Há produtores que fazem coro aos argumentos das agroindústrias e veem tais normas e padrões como legítimas e necessárias. Há agricultores que vivenciam tais normas como novas demandas que lhes obrigam a fazer ainda mais investimentos, já considerados excessivamente altos em comparação ao retorno financeiro resultante da atividade.

Embora seja necessária uma pesquisa mais abrangente sobre a problemática, as entrevistas realizadas permitiram identificar que os agricultores mais capitalizados têm mais facilidade em se adequar a tais normas. Além disso, recebem uma bonificação das empresas quanto conseguem adequar-se. Já os produtores com maior restrição de capital ou de mão de obra têm dificuldades em acompanhar as adequações impostas por parte da agroindústria. Assim, as normas de bem-estar podem significar mais uma fonte de diferenciação social entre os produtores e de exclusão daqueles que não conseguem se adequar.

Observa-se também diferenças significativas entre agroindústrias. As de maior porte, presentes nos mercados globais, oferecem melhores condições para seus integrados, como pagamento de bonificação aos que atendem às normas. Já as de menor porte, voltadas apenas ao mercado nacional e presentes no mercado regional/nacional não oferecem ganhos aos produtores que atenderem tais exigências. Em alguns casos, a fiscalização e imposição das normas de bem-estar animal é feita pela Cidasc, dada às suas limitações em termos de quadro técnico para prestar assistência aos seus integrados. Portanto, há também uma forte diferenciação entre as indústrias agroalimentares no que diz respeito ao atendimento e na forma de implantar as normas e padrões relacionados ao bem-estar animal.

A maioria dos entrevistados ressalta o excesso de trabalho gerado pelos procedimentos voltados ao bem-estar animal e pela necessidade de ficar a disposição da atividade praticamente em tempo integral, o que dificulta as reuniões de famílias, impede atividades de lazer nos fins de semana e a participação em atividades sociais. Há famílias que compreendem que as empresas preocupam-se com o bem-estar animal, mas não se preocupam com o bem-estar das pessoas que trabalham com os animais. Ainda alguns agricultores relacionam o trabalho com o aviário com problemas de saúde como dificuldades pulmonares e depressão.

Compreende-se que os resultados destacados são importantes indicadores da necessidade de se ampliar a noção de bem-estar animal, de modo que além dos cuidados com a qualidade alimentar e saúde do

consumidor, possa abranger também a sustentabilidade e a defesa dos produtores, para que se possa avançar conjuntamente também na conquista do bem-estar dos agricultores familiares.

REFERÊNCIAS

BATALHA, Luis. Emics/etics. Revisitando “nativo” e antropólogo lutam pela última palavra. **Etnográfica** volume II(2), 1998.

BOURDIEU, Pierre. *A miséria do mundo*. Petrópolis (RJ), Vozes, 1997.

BRAUN, José Adão. **Bem-estar, transporte, abate e consumidor**: anais da 1ª Conferência Internacional Virtual sobre Qualidade de Carne Suína. - Concórdia: Embrapa Suínos e Aves, 2001.

BROOM, D. M.; MOLENTO, C. F. M. Bem-estar animal: conceito e questões relacionadas - revisão. **Archives of Veterinary Science** v. 9, n. 2, p. 1-11, 2004.

DOUGLAS, Mary e ISHERWOOD, Baron. **O mundo dos bens. Para uma antropologia do consumo**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2004.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1989.

_____. **O saber local** – novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis, Vozes, 1998.

GONÇALVES, José Reginaldo. “Ressonância, materialidade e objetividade : as culturas como patrimônios”. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, n. 23, jan/jun 2005.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Nayfy, 2003.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, APECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA). Bem-Estar Animal no Brasil. Disponível em: http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Aniamal/Bemestar-animal/folder%20BEA%20versao%202012%20-%2009_05_2013.pdf Acesso em: 15 de agosto de 2014.

OLINGER, Glauco. **50 anos de extensão rural**. Breve histórico do serviço de extensão rural no Estado de Santa Catarina 1956 a 2006. Editora GMC/Epagri. 1ª edição. Florianópolis, março 2006.

PORTILHO, Fátima. Consumo sustentável: limites e possibilidades de ambientalização das práticas de consumo. **I Cadma**. Rio de Janeiro, 2004.

SAHLINS, Marshall. O 'pessimismo sentimental' e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um 'objeto' em via de extinção. **Mana: estudos de antropologia social** 3(1):41-73 e 3(2):103-150,1997.

_____. **Cultura na prática**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

SALMONA, M.; VRIES, H. de. **Un homme au travail**. Résultats d'une étude exploratoire de psycho-économie sur le travail et la personnalité de l'éleveur ovin. Centre d'Anthropologie Économique et Sociale - Applications et Recherches. Université Paris X - Nanterre, jun.1973. 87 p. mimeo.

SALMONA, M. **Métis-Paradoxe**. Qualification ou expropriation de l'intelligence de la production. Bureaucratie et avatars de la vulgarisation de la science en agriculture. Centre d'Anthropologie Économique et Sociale - Applications et Recherches. Université Paris X - Nanterre, jun.1979. 39 p. mimeo.

SALMONA, M. Sociopathologie du développement: la face cachée du développement - paupérisation

mentale, affective, culturelle. In: MACLOUF, Pierre (org). **La pauvreté dans le monde rural**. Paris: ARF; L'Harmattan, 1986.

SALMONA, M. **Les cultures techniques et le travail des paysans français face aux politiques publiques de vulgarisation et d'incitation économique**. Thèse de Doctorat d'État, Université Paris X-Nanterre, 1991. 424 p.

SALMONA, M. **Les paysans français. Le travail, les métiers, la transmission des savoirs**. Paris: L'Harmattan, 1994a. 372 p.

SALMONA, M. **Souffrances et résistances des paysans français**. Paris: L'Harmattan, 1994b. 254 p.

SALMONA, M. Des paysannes en France: violences, ruses et résistances. **Cahiers du Genre**, Paris, CNRS/IRESO, n. 35, p.117-140, 2003a.

SALMONA, M. Les champs de la détresse. **Agrobiosciences**, Almanach 2003b, p. 44-47. Disponible em: <http://www.agrobiosciences.org/IMG/pdf/salmona-44-47.pdf>

SALMONA, M. Dépressions et suicides dans le monde des petits paysans. **Rhizome**. Bulletin national santé mentale et précarité. n.28, oct. 2007, p.5 e 9. [Rhizome acessível em: www.orspere.fr].

SALMONA, M. Une pensée de l'action avec la nature et le vivant: la Métis et Jean-Pierre Vernant. In: CLOT, Yves; LHUILIER, Dominique (org). **Agir en clinique du travail**. Toulouse: Érès, 2010. p. 185-202.

SLOW FOOD. **O bem estar animal segundo o Slow Food. Documento de posição oficial**. Slow Food, 2013. Disponible em: http://www.slowfood.com/slowlife/filemanager/position_docs/portoghese.pdf. Acesso em 13 ago. 2014.

VASCONCELLOS, Maria Drosila. Pierre Bordieu: a herança sociológica. **Educação & Sociedade**, ano XXIII, n.78, abril, 2002.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**. São Paulo: Cia das Letras, 1996.